

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

## CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DE 2ª CLASSE EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 3/2018 – PROCURADOR NORMATIVO

# 6 0 1 PROCURADOR DE 2ª CLASSE

## Dia 2 (Direito Civil e Direito Processual Civil)

Data e horário da prova:  
Quinta-feira, 14/3/2019, às 14 h.

### INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
  - um caderno contendo 3 (três) questões discursivas e 1 (uma) peça jurídica.
- Verifique se estão corretas a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação das folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar suas folhas de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova discursiva 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES as folhas de texto definitivo da prova discursiva devidamente assinadas.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Somente será permitida a consulta aos materiais previstos na listagem publicada no Edital de Convocação e comunicados para as Provas Discursivas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em documento específico e nele posicionadas as respectivas assinaturas.

### INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos nas folhas de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- As folhas de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas para as folhas de texto definitivo.
- As respostas às questões discursivas deverão ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- A peça jurídica não terá extensão mínima ou máxima de linhas. Caso necessite de mais folhas, solicite ao fiscal.
- O candidato receberá 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva para cada questão e 5 (cinco) folhas para a peça jurídica. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão/peça jurídica pertencem. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre questão e folha de texto definitivo, sob pena de ter a sua questão/peça jurídica avaliada negativamente.

## QUESTÃO DISCURSIVA – 2.1

### DIREITO CIVIL

**Leia, com atenção, as informações a seguir.**

O sistema de responsabilidade civil vem sofrendo uma série de modificações ao longo dos últimos anos. Entre as inovações do Código Civil de 2002, ele prescreve que “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”. No respectivo nascedouro, o instituto consagrado no artigo citado era aplicado nas relações entre os particulares.

Com base no exposto, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo abordando se a teoria adotada nesse dispositivo poderia ser invocada pelo particular em litígios, em face da administração pública. O texto deverá apresentar, também, um exemplo hipotético para fundamentar a resposta.

Área livre

PROVA APLICADA

## QUESTÃO DISCURSIVA – 2.2

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Analise o caso de um cidadão que interpôs ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir a inconstitucionalidade de determinada lei pré-constitucional em face da Constituição de 1998. Na ação, foi formulado um pedido para que, se não conhecida a ADPF, ela fosse recebida como ação direta de inconstitucionalidade (ADI). O estado de Goiás e a Assembleia Legislativa de Goiás foram intimados para se manifestarem.

Com base nessas informações, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo respondendo ao questionamento “é correto afirmar que a ADPF será julgada procedente?”. Aborde necessariamente, os tópicos a seguir:

- a) Quem são os legitimados para ajuizar a ADPF?
- b) O que é o princípio da subsidiariedade?
- c) Seria admitido, no caso narrado, o recebimento da ADPF como ADI?
- d) No procedimento da ADPF, o relator poderia indeferir a inicial liminarmente, e tal decisão é recorrível?

Área livre

## QUESTÃO DISCURSIVA – 2.3

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Analise o caso em que um partido político, com representação da Câmara Legislativa, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em face de determinada lei estadual. O fundamento é a afronta de uma lei estadual em face da Constituição do Estado que, por sua vez, reproduz dispositivo da Constituição Federal. A ação foi julgada procedente e a lei foi declarada inconstitucional com eficácia geral.

Considerando o exposto, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo respondendo aos questionamentos “é cabível a referida ação declaratória de inconstitucionalidade? É possível recorrer dessa decisão?”. Aborde, necessariamente os tópicos a seguir.

- a) Explique se é cabível o controle de constitucionalidade de lei estadual em face da Constituição do Estado, e qual o órgão competente para o julgamento da ADI na justiça estadual.
- b) Indique, no que tange aos legitimados para propor ação declaratória de inconstitucionalidade, se deve existir simetria entre o modelo federal e o estadual.
- c) Indique se cabe recurso da decisão que julgou procedente a ADI e a quem tal recurso deveria ser dirigido.
- d) Indique se a Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e a Procuradoria do Estado de Goiás poderiam recorrer, mesmo sem ter legitimidade para a ADI.
- e) Indique se a recorrente, no caso narrado, em cabendo o recurso, teria, como a fazenda pública, prazo em dobro.

Área livre

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Leia, com atenção, as informações a seguir.

T. S. A. ajuizou, no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, mandado de segurança no dia 20 de março de 2018 em face de ato ilegal atribuído ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). A demanda tem como fundamento o artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal, e a Lei nº 12.016/2009. Alegou o impetrante, em síntese, que foi aprovado em concurso público para cadastro de reserva, para a Alego, mas não foi nomeado. O impetrante afirma que participou de concurso público para preenchimento de vagas e para formação de cadastro de reserva promovido pela Alego, tendo sido aprovado para o cargo de analista legislativo em primeiro lugar. O ato coator atacado caracteriza-se pela omissão da autoridade coatora em nomear o aprovado em concurso público. Registra acerca da necessidade de preenchimento obrigatório dos cargos vagos até o fim da validade do concurso, apontando que, embora decorrido o prazo de validade do concurso, que se deu no dia 23 de outubro de 2016, o presidente da mencionada Casa Legislativa não realizou a nomeação. O impetrante não juntou documentos e pediu a oitiva de testemunhas para comprovar a existência de disponibilidade de vagas. Postula, por fim, a confirmação da liminar e a procedência do *mandamus*, com a condenação de custas e honorários advocatícios, com a concessão da segurança, para que o impetrante seja nomeado e empossado no cargo de analista legislativo. Não constou, na petição inicial do mandado de segurança, o valor da causa. A liminar foi indeferida. O presidente da Alego foi notificado e foi dada ciência à Procuradoria do Estado de Goiás.

Na condição de procurador da Alego, elabore a peça processual adequada atendo-se, somente, às questões processuais e procedimentais da ação de mandado de segurança. O candidato não necessita adentrar no mérito do mandado de segurança, ou seja, não há necessidade de constar, na peça, se existe ou não direito à nomeação.

Área livre

## RASCUNHO 2.1

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

PROVA APLICADA

## RASCUNHO 2.2

1	
5	
10	
15	
20	
25	



26	
30	
35	
40	
45	
50	

PROVA APLICADA

## RASCUNHO 2.3

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

PROVA APLICADA

## RASCUNHO PEÇA JURÍDICA 2

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	

40	
45	
50	
55	
60	
65	
70	

PROVA APLICADA

75	
80	
85	
90	
95	
100	
105	

PROVA APLICADA

110	
115	
120	
125	
130	
135	
140	

PROVA APLICADA

145	
150	
155	
160	
165	
170	
175	

PROVA APLICADA



180	
185	
190	
195	
200	
205	
210	

PROVA APLICADA

215	
220	
225	
230	
235	
240	
245	
250	

PROVA APLICADA